

DO COMPLEXO RURAL À MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA: A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE E OS IMPACTOS NA VIDA RURAL – UMA ANÁLISE DO PROGRAMA VILAS RURAIS NO NORTE DO PARANÁ

FROM THE RURAL COMPLEX TO THE AGRICULTURAL MODERNIZATION IN BRAZIL: MODERNIZATION OF AGRICULTURE IN PARANA AND THE IMPACTS IN RURAL LIFE - A REVIEW OF RURAL VILLAGES PROGRAM IN THE NORTHERN OF PARANA

Nildo Aparecido de Melo¹

Resumo: Com a passagem da economia nacional de base agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial, a partir da crise do complexo cafeeiro em 1929, o Estado nacional passou a desempenhar importante papel no processo de desenvolvimento econômico e na estruturação do capitalismo brasileiro, através de políticas macroeconômicas e desenvolvimentistas que procuraram defender os interesses da oligarquia cafeeira, num primeiro momento histórico, na atuação decisiva da derrota dos trabalhadores rurais organizados em torno da Reforma Agrária, em 1964, culminando com o processo de modernização da agricultura brasileira a partir da década de 1960, que resultou na permanência dos problemas sociais no campo e na exacerbação dos conflitos e tensões na luta pela posse da terra. No estado do Paraná, a modernização agrícola seguiu as tendências históricas de transformação da base técnica do campo, com os problemas sociais resultantes desse processo, entre eles o aumento do êxodo rural, o desemprego no campo e a concentração fundiária. Nesse contexto, o Programa Vilas Rurais, criado em 1995, pelo governo do estado, apresenta-se como um importante instrumento de fixação do homem ao campo, não atingindo, contudo, os resultados esperados e se configurando mais como uma política de concentração de trabalhadores volantes disponíveis para a exploração capitalista a qualquer tempo.

Palavras-Chave: complexo cafeeiro; modernização agrícola; Reforma Agrária; Programa Vilas Rurais

Abstract: With the crisis in the coffee production in 1929, there was a passage of the national economy from an agrarian-exporter base to an urban-industrial economy one. By that time the state started to play an important role in the economic development process and in the structuring of Brazilian capitalism. It was done through macroeconomic and developmental policies which intended to defend the interests of the coffee oligarchy. At first, that happened in a historic moment, when the rural workers organized around the Agrarian Reform in 1964 were defeated, culminating in the modernization process of Brazilian agriculture from the 60's on. As a result there is the permanence of social problems in the countryside and the exacerbation of conflicts and tensions in the struggle for land ownership. In the State of Paraná, the agricultural modernization followed the historical transformation trends of technical base in the countryside, with the social problems resulting from this

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, doutorado/2010, nildogeo@hotmail.com

process, among them, the increasing of the rural exodus, the unemployment in the countryside and the land concentration. In this context, the Rural Villages Program, created in 1995 by the state government, is presented as an important instrument of man's fixation in the countryside. It does not reach, however, the expected results and it can be characterized as a policy of concentration of ambulant workers available for capitalist exploration at any time.

Keywords: coffee complex, agricultural modernization, Agrarian Reform, Rural Villages Program

Introdução

A passagem do complexo rural para um novo complexo econômico, a partir da proibição do tráfico de escravos e da Lei de Terras de 1850, representou a criação de um incipiente mercado consumidor e a formação de uma demanda urbana permeada pelas necessidades de comercialização e exportação do café, configurando as condições históricas para uma reestruturação produtiva e econômica da sociedade brasileira.

A crise da economia cafeeira nos anos de 1930, no bojo da grande crise da economia mundial de 1929, direcionou a base econômica nacional para a industrialização, representando também mudanças na representatividade política brasileira, com a instituição do Governo Vargas, a centralização política e a acomodação das oligarquias regionais no novo governo inaugurado pela Revolução de 1930.

Com essas transformações, a participação do Estado a partir da década de 1930, foi crucial na estruturação do capitalismo brasileiro, com a passagem da economia nacional de base agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial e com a modernização da agricultura a partir da década de 1960, entre outras transformações estruturais na sociedade brasileira no período analisado.

Assim o Estado brasileiro, através de políticas macroeconômicas e desenvolvimentistas engendrou a industrialização nacional e atuou como agente do processo de transformação econômica do país, direcionando a ação pública para a defesa dos interesses da oligarquia cafeeira, para a criação de Institutos Agrícolas, como forma de viabilizar a diversificação agrícola nacional, para a derrota dos trabalhadores rurais e de suas reivindicações em prol da Reforma Agrária no Brasil (com o Golpe Militar de 1964) e para a modernização da agricultura brasileira, com os "privilegiamentos" resultantes e a permanência dos problemas sociais no campo brasileiro, ao longo do século XX.

A modernização agrícola no estado do Paraná seguiu as características históricas da transformação da base técnica do campo brasileiro, representando a mecanização e a tecnificação da produção agrícola, o desemprego no campo e a consequente transferência da população rural para as cidades e a manutenção da estrutura fundiária no estado a partir da década de 1970.

Em 1995, o governo do estado do Paraná instituiu o Programa Vilas Rurais com o objetivo de fixar o trabalhador ao campo e amenizar o êxodo rural e os problemas sociais urbanos subjacentes ao processo de transferência maciça de população para a cidade. No entanto, tal Programa tem servido mais como uma iniciativa de concentração de trabalhadores temporários ou volantes em áreas

próximas do centro urbano dotadas de infraestrutura básica (como no caso da Vila Rural Antônio Pinguelli, em Pitangueiras, no norte do estado), configurando verdadeiros bolsões de trabalhadores disponíveis ao capital, do que um Projeto inovador de fixação do homem ao campo, com um trabalho e uma renda digna que possibilite a plena cidadania individual e familiar.

Do complexo rural ao complexo cafeeiro paulista

O complexo rural brasileiro era caracterizado essencialmente pela incipiente divisão do trabalho no interior das unidades produtivas, sendo que as atividades eram direcionadas para o suprimento do mercado externo com produtos agropecuários, tais como a borracha, o açúcar e o café.

Além do direcionamento das atividades para a produção de um determinado produto, visando o mercado externo, as unidades produtivas tinham que produzir também todos os bens intermediários e os bens necessários à produção de tal produto, bem como garantir a reprodução da própria força de trabalho envolvida nessas atividades.

A lógica interna dessas unidades era simples e se interligava as oscilações da demanda externa ao produto da fazenda:

[...] se seu preço estivesse bom, os recursos da fazenda (homens, animais de trabalho, terras) eram realocados de modo a incrementar a produção de exportação. Se o preço no mercado internacional caísse, esses recursos eram deslocados para as atividades internas, destinadas basicamente à subsistência da força de trabalho e à reprodução das condições materiais da unidade produtiva". (PAIM, 1957, In: GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 07).

Assim, as necessidades internas eram satisfeitas no interior do próprio complexo rural e da unidade produtiva fundadora (a grande fazenda monocultora), não sendo necessário, portanto a formação e o desenvolvimento de um mercado interno, prevalecendo a lógica do mercado externo e da demanda pelos produtos agropecuários brasileiros.

Nesse contexto, o complexo rural era formado por uma base primário-exportadora permeada por várias "economias regionais" dispersas por todo o país e comandadas pela demanda externa. Observava-se uma dinâmica espacial configurada por "ilhas regionais, bem localizadas, com dinâmicas autônomas, que juntas constituíam o arquipélago brasileiro" (OLIVEIRA, 1990, p. 73).

Em outras palavras, as várias economias regionais se articulavam mais à lógica do mercado externo do que entre si em território nacional, representando a essência do complexo rural brasileiro, associado a uma economia agro-exportadora e a demanda externa por produtos agropecuários, pois "até as primeiras décadas deste século, o território brasileiro apresentava-se desarticulado. Tal desarticulação costuma ser associada à idéia de arquipélago econômico. O país possuía uma economia nacional formada por várias economias regionais". (OLIVEIRA, 1981).

A proibição do tráfico negreiro (engendrando a transição para o trabalho livre no país) e a implantação da Lei de Terras no Brasil marcaram o início da decomposição do complexo rural brasileiro a partir de 1850.

Tendo o café como o principal produto de exportação e a transição para o trabalho livre assumindo uma diversidade de formas e de resultados em território nacional, foi sob um novo regime de trabalho, o colonato, a partir de 1870, com a

incorporação de unidades familiares de imigrantes no oeste do estado de São Paulo, que se engendrou a formação do complexo cafeeiro em substituição ao complexo rural, através da ampliação da divisão social do trabalho e da separação campo/cidade e agricultura/indústria na economia brasileira.

A constituição do complexo rural cafeeiro paulista, não obstante a continuidade da produção interna de insumos e meios de produção na própria unidade produtiva possibilitou a criação de um incipiente mercado consumidor e a formação de uma demanda urbana consubstanciada nas atividades necessárias para a comercialização/circulação/exportação do café, como afirma Graziano da Silva:

[...] as necessidades comerciais e financeiras para a comercialização e expansão das atividades agrícolas, a necessidade crescente de novos meios de transporte com o deslocamento da produção de café do Oeste, bem como a necessidade de novas máquinas e equipamentos (de beneficiamento, por exemplo) e de outros insumos (sacos de juta, por exemplo) fizeram com que o complexo cafeeiro engendrasse fora da fazenda de café atividades complementares como os bancos, as estradas de ferro, as fábricas têxteis, etc., atividades que foram, em grande medida, financiadas pelos excedentes acumulados pelos próprios fazendeiros de café. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 8).

O período de 1890 a 1930 marcou o auge do complexo cafeeiro e a ampliação da divisão do trabalho, com o desenvolvimento de atividades tipicamente urbanas e de outros setores articulados às atividades ligadas à economia cafeeira, além de marcar o início do processo de substituição de importações de uma ampla gama de bens de consumo na economia nacional.

Industrialização, centralização política e a participação do Estado na definição da política agrária nacional

A crise da economia cafeeira nos anos de 1930, no bojo da grande crise da economia mundial desencadeada em 1929 com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, representou um redirecionamento da economia nacional rumo a industrialização tardia, possibilitando também a diversificação da produção agrícola brasileira, com destaque para o setor sucro-alcooleiro e da cotonicultura no estado de São Paulo, entre outros produtos regionais², como o trigo e o arroz no sul do país.

A partir de então o Estado passa a desempenhar papel preponderante no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, culminando com a modernização conservadora da agricultura brasileira e com as transformações nas bases técnicas no campo, subordinando a produção agrícola aos ditames da indústria, numa economia urbano-industrial.

Segundo Hespanhol, no processo de desenvolvimento econômico sob o modo capitalista de produção, o Estado age no sentido de corrigir distorções e contradições inerentes ao capitalismo que privilegia determinados espaços e segmentos sociais em razão de seu caráter inexoravelmente mercantil e concentrador. Porém, no Brasil “o Estado teve uma importante ação estruturante, atuando, contudo, não para corrigir as distorções geradas pelo processo de

² Além desses produtos e atividades agrícolas diversificadas pela crise da economia cafeeira, destacam-se a pecuária no Triângulo Mineiro, o açúcar no Nordeste e a borracha no Norte Amazônico.

desenvolvimento, mas sim para atrair investimentos e para reduzir os riscos dos agentes privados, sobretudo das grandes empresas nacionais e multinacionais” (HESPANHOL, 1999, p. 21).

Com a industrialização, as características sociais, econômicas e espaciais sofreram transformações profundas, permeadas pela passagem de uma economia essencialmente primário-exportadora para uma economia urbana e industrial, que passou a ser estruturada por relações de trabalho capitalistas³.

No bojo das transformações estruturais da sociedade brasileira, entre as décadas de 1930 e 1940, assiste-se a um processo de centralização política a partir da Revolução de 1930, refletindo também uma centralização das políticas agrícolas nacionais como forma de acomodar e atender os interesses agrários regionais e setoriais das forças políticas que emergem sob o Governo Vargas.

A configuração de um poder estatal centralizador refletia uma intrincada rede de proteção e de articulação dos interesses oligárquicos rurais ao poder central, com a criação de vários institutos estatais, por produto rural atendido, representando esse pacto de poder sob Vargas a partir da década de 1930.

Assim, em 1931, foi criada a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA), transformada em Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933 e o Departamento Nacional do Café, transformado no Instituto Brasileiro do Café (IBC), em 1952.

Também a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), a Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), representam bem esse caráter federalizador e centralizador das políticas agrárias inaugurado pelo Governo Vargas, entre outros exemplos de institutos criados a partir da década de 1930.

Ressalte-se que já no período agro-exportador, através da definição de políticas monetárias e cambiais, o Estado garantia a rentabilidade dos produtores de café, sob a égide da força política/econômica da aristocracia cafeeira.

Com a crise da economia primário-exportadora, não obstante o café continuar sendo a principal fonte de divisas para o país, Vargas empreende esforços significativos para integrar a economia brasileira, através da expansão da fronteira agrícola (Marcha para o Oeste) e da abertura de vias de circulação. Assim

[...] a presença marcante do Estado desde 1930, constitui o pilar básico do que veio a ser hoje o capitalismo brasileiro. Sustentáculo principal do processo de industrialização, o Estado acabou sendo uma condição *sine qua non* para a unificação do espaço econômico nacional que, até então, se caracterizava pela fragmentação em enclaves exportadores para o mercado internacional. (DINIZ; LEMOS, 1989, p. 163).

O período de 1946 a 1961 foi caracterizado pela industrialização substitutiva de importações e por uma revalorização do café no mercado internacional, apoiado em políticas cambiais de sobrevalorização da moeda nacional, da concentração da industrialização no Sudeste e na valorização do café paulista-paranaense, desencadeando a hibernação da política de diversificação de produtos e regiões do período anterior.

³ Apesar da permanência de problemas estruturais no mercado de trabalho urbano brasileiro, a partir da década de 1940, observa-se no país a estruturação do mercado de trabalho em torno da evolução dos empregos formais e das ocupações no segmento organizado da economia, bem como a redução dos índices de desemprego na economia nacional.

O modelo de substituição de importações, no entanto, apresentava um caráter parcial no que tange as transformações do sistema econômico, tendo em vista que apenas o setor industrial foi sacudido pela mudança, permanecendo o agro brasileiro calcado nas mesmas formas de exploração da produção. Maria da Conceição Tavares (1963) destaca também o âmbito fechado deste mesmo processo, entendendo-se aí a repercussão apenas local da industrialização em curso, uma vez que não interferia na divisão internacional do trabalho, circunscrevendo-se ao mercado interno. Nessa fase, a industrialização brasileira estava voltada para responder às necessidades domésticas. Portanto, não obstante o crescimento da produção agrícola entre 1930 e 1960, a base técnica do campo brasileiro evoluiu em ritmo bastante lento, só incorporando mudanças técnicas modernizantes a partir dos anos de 1950 e de 1960 em diante.

A partir da década de 1960, observa-se o esgotamento do modelo de substituição de importações, ponto central de todo o processo industrializante brasileiro desde a década de 1930 e a necessidade de engajamento em um novo modelo de desenvolvimento econômico para o país. No debate sobressaem-se dois projetos de poder: o modelo de desenvolvimento nacional autônomo e o desenvolvimento associado.

Segundo Ianni (1967), o primeiro projeto era compreendido pela possibilidade histórica aberta pela industrialização de o país engajar-se em um projeto de desenvolvimento capitalista nacional e autônomo, a partir de uma profunda reforma nos vínculos estruturais internos e externos. Já o segundo modelo, assentar-se-ia no desenvolvimento internacionalizante e associado, que apesar de sua dominação explícita ocorrer apenas nos anos posteriores ao Golpe de 1964, já havia sido instalado no país alguns anos antes, com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

Ianni (1967) afirma que o Golpe de 1964 representou a restauração dos vínculos internos e externos que se estavam rompendo desde a Primeira Guerra Mundial e, em especial, durante a era getuliana, sendo instaurada uma etapa de dependência estrutural do Brasil. Da mesma forma, Lessa (1967), observa que a evolução econômica acentuou os desníveis setoriais (as atividades primárias não foram atingidas), regionais (as regiões menos desenvolvidas são marginalizadas) e sociais (o segmento majoritário da população fica à parte do processo). Já Tavares (1963) demarca a configuração de uma economia dual, com a existência de uma contradição entre um setor capitalista dinâmico e um setor subdesenvolvido, dentro de uma mesma realidade social, sendo que o setor agrário permanece nas mesmas condições tradicionais e, em razão do crescente processo de urbanização, da necessidade de crescimento do mercado interno, etc., vai-se transformando num dos elementos determinantes da crise econômica do período.

O setor agrário permanece relativamente marginalizado no Plano de Metas e o seu desempenho será acidamente criticado por diversas correntes, servindo como combustível para grande parte da discussão em torno da necessidade de uma reforma agrária, deflagrada no início da década de 1960.

A questão agrária brasileira no centro das discussões sobre o desenvolvimento econômico nacional

No início da década de 1960, a sociedade brasileira se encontrava diante do desafio de reformar as estruturas administrativas, políticas, bancárias, fiscal e agrária. Dentro deste conjunto, a questão agrária e sua consequente reforma

aparecem com relevância e dela se ocupam tanto estudiosos de linha conservadora, como pesquisadores situados à esquerda.

Dessa forma, a concentração da propriedade fundiária e o baixo grau de assalariamento no campo, combinados com uma base técnica primária, tidos como características do atraso da agricultura brasileira suscitaram debates em torno da Questão Agrária e da necessidade de uma ampla e profunda Reforma Agrária no Brasil, no início da década de 1960.

Tal debate político teve como âmbito das discussões e reflexões sobre a temática agrária quatro centros de pensamento nacional: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), setores reformistas da Igreja Católica, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e um grupo de economistas da USP, associados e liderados pelo ex-Ministro da Fazenda do Governo Militar, o economista Delfim neto.

Nesse contexto, para a corrente articulada mais à esquerda do debate político/intelectual, a agricultura aparecia como entrave ao desenvolvimento nacional. Para a definição dos novos caminhos da indústria colocava-se a necessidade de profundas alterações no meio rural, sem o que não poderia ser aprofundada a industrialização da sociedade brasileira. A estrutura agrária era considerada arcaica e centrada no latifúndio, não permitindo à agricultura responder à demanda urbano/industrial. Não respondendo à altura, a agricultura se colocava como um entrave ao processo de desenvolvimento econômico, sob os seguintes aspectos: não oferecia produção compatível com a demanda, sendo que os preços dos produtos agrícolas tenderiam a subir mais que os preços industriais, forçando uma transferência de renda da indústria para o setor rural; manutenção de formas arcaicas de produção, centradas na parceria, na meação, etc., afastando a grande população rural do mercado e, a manutenção destas mesmas formas de produção atrasadas não tornava viável o desenvolvimento de um setor industrial voltado para a produção de máquinas e equipamentos agrícolas, defensivos, adubos, entre outros.

Seguindo outra linha de raciocínio estavam os autores que procuravam demonstrar que a agricultura não se constituía em entrave ao desenvolvimento brasileiro. Esta vertente denominada de “funcionalidade da agricultura” defendia a tese de que a agricultura sempre cumpriu seu papel econômico, não apenas respondendo à demanda urbano/industrial, mas também contribuindo decisivamente para o processo ao cumprir as chamadas tarefas da agricultura em um processo de desenvolvimento econômico.

Portanto, na década de 1960 o debate estava fundamentado em duas linhas de análise: por um lado, os que defendiam uma reforma agrária que ampliasse a participação dos trabalhadores no acesso a terra, e por outro lado, a modernização agrícola como forma de promover o incremento da produção e a melhoria das condições de vida do trabalhador rural, dispensando-se a reforma agrária. O diagnóstico tanto dos pensadores mais à esquerda como dos conservadores apontavam, como ponto de convergência, para a necessidade de uma ação externa sobre o campo, na forma de uma política governamental, que tivesse como resultado incorporar o agro ao novo modelo de sociedade que se estava gestando, mais dinâmica, moderna, complexa e, sobretudo, urbano-industrial.

No que tange aos quatro centros de pensamento nacional, o primeiro grupo era representado pelos intelectuais agrários ligados ao Partido Comunista Brasileiro, entre eles Caio Prado Jr. (Contribuição para Análise da Questão Agrária no Brasil, de 1960), Alberto Passos Guimarães (Quatro Séculos de Latifúndio) e Ignácio

Rangel, que se posicionavam no debate expondo seus pensamentos no campo marxista.

Apesar da discordância teórico/conceitual entre eles, prevalecia a defesa da Reforma Agrária como uma saída para a superexploração da força de trabalho no meio rural e para a exclusão social no campo (Caio Prado Jr.), para a superação dos resquícios de feudalismo no campo brasileiro (Alberto Passos Guimarães) e para a resolução da questão da superpopulação rural e dos problemas daí advindos (Ignácio Rangel).

O segundo grupo, tendo como destaque o pensador Celso Furtado e seu diagnóstico materializado no Plano Trienal 1963-1965, permeado pelos trabalhos de desenvolvimento nacional da CEPAL, ressalta a Reforma Agrária para atender à demanda urbana e industrial por alimentos e para dar conta das crises de abastecimento nas cidades, devido aos problemas relacionados à rigidez na produção agrícola nacional.

Em que pesem as divergências teóricas e as propostas políticas, todos os autores ligados a essa corrente de pensamento (incluindo também entre eles Paul Singer, Orlando Valverde e Andrew Frank) conduzem suas análises por um fio norteador: a percepção do setor rural como um entrave ao processo de desenvolvimento da economia nacional, além da configuração de um debate no seio das esquerdas permeado na proposição “feudalismo contra capitalismo” no Brasil, na década de 1960.

As discussões a partir da Doutrina Social da Igreja Católica, por meio das declarações dos seus bispos, das Cartas Pastorais e das Encíclicas do Vaticano, representavam o posicionamento da Igreja católica em torno da Questão Agrária, entre as décadas de 1950 e 1960, num contexto de denúncia dos graves problemas sociais, da injustiça e da exclusão social no campo brasileiro.

Nesse sentido, a Igreja Católica disputava espaço político com a esquerda (principalmente com os membros do PCB) na defesa da Reforma Agrária e na organização política dos trabalhadores rurais, desempenhando

[...] importante papel na luta política de organização do sindicalismo rural brasileiro, ao mesmo tempo em que exercerá influência na conceituação do direito de propriedade fundiária, legitimado em sua doutrina social pelo princípio da função social. Este princípio, que não é exclusivo da Doutrina Social, irá se inscrever de direito nas normas do Estatuto da Terra de 1964, e mais tarde, na Constituição Federal de 1988. (DELGADO, 2005, p. 27).

Vale destacar também uma vertente ideológica ultraconservadora na Igreja Católica em torno do debate sobre o agro brasileiro, representada pela sociedade Tradição, Família e Propriedade (TFP), que aceitava um modelo de reforma agrária que protegesse a propriedade privada e fosse dirigida e controlada pelo Estado, sendo contra qualquer outro projeto de reforma agrária no Brasil, configurando-se mesmo numa verdadeira anti-reforma agrária pelo caráter ideológico e conservador.

A tese defendida e seguida pelos Governos Militares pós-1964, apontava para uma “modernização sem reforma”, colocando a Questão Agrária em segundo plano, já que a agricultura brasileira desempenhava papel relevante no desenvolvimento econômico nacional, tornando assim prescindível qualquer projeto de Reforma Agrária no Brasil.

Delfim Neto e o grupo de economistas da USP refutavam todas as teses a favor de uma Reforma Agrária no Brasil e vaticinavam a favor de uma modernização técnica da agricultura brasileira sem reformas.

A partir do Golpe Militar de 1964, o movimento pela Reforma Agrária (que tinha encontrado respaldo no Governo João Goulart) é esvaziado⁴ e todo o debate é redirecionado para a questão das funções da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, permeado pelo enfoque funcionalista norte-americano⁵. Assim, “lentamente o pensamento conservador vai impondo o debate exclusivo em torno das questões relativas a oferta e demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio exterior, omitindo questões sobre a estrutura fundiária e as suas conseqüências para o país” (DELGADO, 2005, p. 29).

Sob os auspícios do Regime Militar e com o movimento dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária sufocado, o Estado desempenhará papel preponderante na formulação e aplicação de políticas macroeconômicas direcionadas para a transformação das bases técnicas da agricultura brasileira, configurando uma modernização conservadora no meio rural brasileiro.

O Estado e o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira

Entre 1965 e 1980, observa-se o desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil, articulada à economia urbana e industrial e ao setor externo (a partir da derrota do movimento pela Reforma Agrária) através de forte intervenção e financiamento do Estado brasileiro, principalmente com a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965.

Esse processo de integração entre agricultura e indústria é caracterizado pela mudança na base técnica dos meios de produção no campo e pela integração variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais, configurando o que se denominou de modernização conservadora da agricultura brasileira.

Ressalte-se que já nos anos de 1950 era possível observar um processo de modernização da agricultura, mas com dependência da importação de insumos e máquinas, dificultando a articulação entre a produção agrícola e a agroindústria nacional, num contexto de predominância dos ganhos econômicos articulados à economia cafeeira.

Vale frisar que Graziano da Silva destaca que o termo modernização deve ser empregado para designar “o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 19).

Também se faz necessário destacar que enquanto a agricultura brasileira se integra tecnicamente ao setor industrial e urbano somente a partir da década de 1960, esse processo já havia se consolidado no início do século XX nos EUA e na Europa Ocidental.

⁴ As forças políticas responsáveis pelo Golpe Militar de 1964 “desencadearam uma sistemática repressão ao movimento dos trabalhadores rurais e camponeses, cujo objetivo era também o de silenciar as reivindicações por reforma agrária” (SANTOS, 1997, p. 257).

⁵ Segundo esse enfoque, são cinco as funções da agricultura: liberar mão-de-obra para a indústria, gerar oferta adequada de alimentos, suprir matérias-primas para as indústrias, elevar as exportações agrícolas e transferir renda para o setor urbano.

Com a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, a partir de 1965, o Estado brasileiro estruturou um setor público rural gigantesco, articulando as instituições getulinas criadas entre 1930-1945 e entre 1951-1954 com as novas entidades desenvolvidas nas décadas de 1960 e 1970, tais como a EMBRAPA, a EMBRATER, o Programa de Apoio à Atividade Agropecuária, as Políticas de Garantia de Preços Mínimos, entre outras iniciativas para fomentar a modernização da agricultura brasileira, vinculadas à concepção funcionalista de desenvolvimento rural.

Gonçalves (1997) ressalta que a agricultura brasileira tornou-se parte fundamental do projeto de desenvolvimento nacional entre as décadas de 1950 e 1980, em articulação ao projeto de industrialização e urbanização do país, de modo que o setor agropecuário se integrasse ao circuito industrial e não causasse problemas ao projeto de desenvolvimento nacional estabelecido no país pelo Governo Militar.

Contudo, o processo de modernização do meio rural brasileiro, sem reformas, preservou e aprofundou as características heterogêneas da agricultura brasileira, com a concentração dos investimentos e da modernização nas regiões Sul e Sudeste e parcialmente no Centro-oeste, em detrimento da Amazônia e da Região Nordeste, configurando-se como um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, com a acomodação das oligarquias rurais ligadas à prioridade territorial e ao capital comercial.

Numa análise crítica das políticas elaboradas para o setor agrário brasileiro, Gonçalves (1997) ressalta o processo de discriminação da agricultura, diante da opção pela estruturação de uma economia urbano-industrial pelo Estado brasileiro, com a transferência de recursos da agricultura para o financiamento do processo de desenvolvimento nacional.

Gonçalves (1997) aponta como resultado das políticas governamentais de incentivo a agricultura, a “modernização desigual ou conservadora” do setor agrário nacional, com os “privilegiamentos” aos grandes proprietários de terras, as culturas direcionadas a exportação e as regiões mais desenvolvidas do Brasil.

Como resultado desse processo de modernização agrícola, na década de 1970, com a intensificação do consumo de produtos industrializados pela agricultura, em articulação à implantação do sub-setor industrial de insumos e bens de capital para o setor agrícola no Brasil (a industrialização da agricultura brasileira), dá-se a constituição dos complexos agroindustriais, com a integração técnica entres as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras.

Com isso, o desenvolvimento da agricultura em bases modernas e capitalistas no Brasil, não é mais autônomo, pois depende da dinâmica industrial, também não se configurando mais como setor econômico, pois há a integração das atividades agrícolas com as atividades industriais, sendo seu funcionamento determinado de forma conjunta.

O processo de modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural

O processo de modernização da agricultura paranaense ocorre a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, num contexto de crise da economia cafeeira, resultante do excesso de oferta de café no mercado

internacional, da concorrência com os produtos africanos e colombianos e por determinações físicas e climáticas, tais como as geadas e a ferrugem, que atacou os cafezais nos últimos anos da década de 1960.

MORO (2000), destaca a importância que a cafeicultura teve na economia agrícola do Paraná até meados da década de 1970, quando a produção de café do estado representava metade da produção brasileira e a terça parte da produção mundial do produto, sendo que a localização da maior parte dos cafeeiros era no Norte Paranaense, com a porção Noroeste, constituída pelas microrregiões geográficas de Paranaíba, Cianorte e Umuarama, onde se manifestou de forma mais intensa os impactos e as conseqüências da modernização agrícola ocorrida no estado do Paraná.

Com a crise do mercado do café, o Governo Federal criou, em 1961, o Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura (GERCA), com a proposição de iniciativas assentadas na erradicação de cafeeiros antieconômicos, na renovação e racionalização de cafeeiros para uma produção mais eficiente, na diversificação de culturas e em investimentos na integração com o setor agroindustrial, além do desestímulo à cafeicultura e de incentivo à produção de oleaginosas.

A partir dessas mudanças desencadeou-se o processo de modernização agrícola no estado do Paraná, com esse processo de transformação da base técnica da produção agrícola sendo avaliado “através dos seguintes aspectos: mecanização, eletrificação, irrigação e conservação do solo, uso de fertilizantes e agrotóxicos, além de outros, peculiares a certas culturas” (MORO, 2000, p. 30).

Os maiores índices de modernização da base técnica e produtiva do meio rural paranaense foram verificados durante a década de 1970, permeados, sobretudo pelo aumento significativo do número de tratores no período entre 1970 e 1980 (338, 3%), no número de arados de tração mecânica (379,4%), no número de estabelecimentos com uso de força mecânica (1.134,9%), no consumo de óleo diesel (604,9%), no consumo de energia elétrica (47,0% e 687,6% no período de 1980 a 1985), entre outras modificações na base técnica do campo paranaense, indicadores da configuração da modernização da agricultura no estado, não podendo, contudo, ser apreendido como um processo homogeneizante espacial e temporalmente, pois os efeitos foram mais intensos e transformadores no Norte e no Oeste do Paraná.

MORO (2000), aponta que o aumento da utilização de tratores teve como consequência a redução da área média por trator, resultando na eliminação de empregos no campo, com a intensificação da migração campo-cidade e o agravamento do êxodo rural, com a população excluída do processo de modernização agrícola se deslocando para a Região Metropolitana de Curitiba, para a capital paulista e para os Centros Urbanos Regionais, além de migrarem para a fronteira ocidental e setentrional do país.

Faz-se necessário ressaltar que a exacerbação do processo de transferência da população do campo para a cidade, foi produto também da substituição da cultura cafeeira, que fazia uso intensivo de mão-de-obra em lavoura permanente, pelas culturas de oleaginosas, consubstanciadas na rotação de culturas entre o trigo e a soja, com elevado nível de mecanização e pouca exigência de mão-de-obra no cultivo e na colheita (MORO, 2000).

Nesse contexto, as lavouras de café foram reduzidas em 59%, entre 1970 e 1985, enquanto as lavouras temporárias, assentadas na associação das culturas do trigo e da soja, aumentaram a participação na mesma proporção. Também se verificou um aumento expressivo das pastagens, em torno de 32%, com os impactos

mais significativos ocorrendo no noroeste do estado, representando uma expansão de 600.000 ha de pastagens no período. No Norte do Paraná, a cafeicultura foi substituída, sobretudo pelas áreas de pastagens, que representaram um crescimento de 1.482.000 ha no período analisado.

O processo de modernização agrícola paranaense foi acompanhado de uma concentração fundiária significativa, representada pela eliminação de 100.385 estabelecimentos agropecuários somente na década de 1970. Quando se analisa espacialmente esse fenômeno, constata-se que somente no Norte do Paraná, 104.838 estabelecimentos deixaram de existir na década. Esse processo resultou na redução da população rural no estado em 49,7%, entre 1970 e 1991, enquanto no Norte do Paraná, a população sofreu uma redução de 63,9%.

Como resultado do processo de concentração da posse da terra, observa-se também na década de 1970, a redução do número de proprietários e arrendatários, mas com ampliação da área explorada. Em contrapartida, o número de parceiros e ocupantes apresentou uma redução significativa, tanto em número de estabelecimentos, quanto na área explorada economicamente, notadamente no Norte do Paraná, onde a parceria era comum na época da cafeicultura.

O processo de modernização agrícola paranaense teve forte impacto nas relações campo-cidade da população do estado, com a diminuição do crescimento da população estadual e a inversão da situação rural-urbana, a partir do final da década de 1960. Nesse sentido, o crescimento populacional que era de 10,30% nos anos de 1960, passa a ser de 6,28% na década de 1970, chegando a apenas 1,07% e 0,81% na década de 1980 e no ano de 1991, respectivamente, de acordo com os censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Se de um lado houve desaceleração no ritmo de crescimento populacional no período analisado, por outro lado, constatou-se a inversão da base populacional do estado, permeada pela concentração da população no meio rural até o final da década de 1960. Dessa forma, a população urbana supera a rural em meados da década de 1970, com essa relação passando a ser representada pela porcentagem de 41,07% da população residindo no campo e 58,93% de residentes na cidade.

Como consequência desse movimento de transferência da população rural para a cidade, observa-se a exacerbação do êxodo rural, com parte considerável dos retirantes do campo migrando para outros estados brasileiros (principalmente para as fronteiras agrícolas do Norte e do Centro-Oeste), para a região metropolitana da capital paulista, para as cidades polos regionais, como Cascavel, Londrina, Umuarama, Apucarana, Ponta Grossa, entre outras, para a região metropolitana de Curitiba e, acompanhando geograficamente as águas do rio Paraná, para as terras do país vizinho do Paraguai, constituindo-se nos “brasil-guaiois”.

Considerando-se que a economia agrícola paranaense estava diretamente associada ao desenvolvimento da cafeicultura, notadamente no Norte do estado, as geadas tiveram grande importância na decadência da cultura cafeeira a partir dos anos de 1960. Associadas com outros fatores, tais como a crise de oferta no mercado internacional, a concorrência com produtos africanos e colombianos, a política oficial de preços desestimulantes, o incentivo a cultura de oleaginosas, entre outros, as geadas, quase anuais, comprometeram consideravelmente a cafeicultura estadual, mormente entre as décadas de 1970 e de 1980. Contudo, “foi a geada de 17 de julho de 1975, de grande intensidade, que praticamente dizimou os cafezais do Norte do Paraná, acelerando o processo de sua erradicação e a consequente substituição por outras atividades produtivas” (MORO, 2000, p. 46).

Em suma, o processo de modernização agrícola no estado do Paraná, provocou transformações substanciais na estrutura fundiária do estado, representadas pela concentração da posse da terra, pela inversão da relação campo-cidade e pelo êxodo rural, resultante da mecanização do campo e do conseqüente desemprego rural, com a população migrando para as cidades polos regionais e para outros estados brasileiros.

Como produto desse processo excludente de penetração das relações capitalistas de produção no meio rural paranaense (expressão da modernização agrícola nacional a partir da década de 1970), observa-se a manifestação de conflitos sociais no cotidiano rural do estado, consubstanciados na presença de bóias-frias, nos trabalhadores sem terra, nas ocupações e nos assentamentos rurais e, sobretudo, na exacerbação dos problemas sociais advindos do desemprego no campo e da conseqüente transferência e concentração da população no espaço urbano.

Programa Vilas Rurais: estudo de caso sobre a Vila Rural Antônio Pinguelli no norte do estado do Paraná

O Programa Vilas Rurais foi criado em 1995 pelo governo do estado do Paraná visando amenizar o movimento do êxodo rural e fixar o trabalhador rural ao campo, evitando o crescimento desordenado das médias e grandes cidades do estado, resultante da intensa transferência de população do campo para a cidade das últimas décadas, como expressão da modernização agrícola paranaense e da exclusão de milhares de trabalhadores rurais desse processo de penetração das relações capitalistas no espaço rural a partir da década de 1970.

Com o Programa o governo do estado do Paraná objetivou a fixação do trabalhador rural e a solução de dois problemas relacionados às condições de vida desses trabalhadores, permeados pelo acesso a moradia e ao trabalho, fazendo-o retornar ao campo sem a sua total desvinculação do modo de vida urbano.

Através da articulação de instituições estaduais (COHAPAR, EMATER, SEAB, entre outras) e em parceria com os governos municipais, o Programa atua na execução de diferentes etapas e ações de implantação das Vilas Rurais, possibilitando assessoria e assistência técnica às famílias dos trabalhadores rurais volantes.

Cada Vila Rural possui em média 40 lotes de aproximadamente 5.000 m² cada um, apresentando infraestrutura de água, energia elétrica e sistema de saneamento básico, com a complementação de uma casa de alvenaria na proporção de 44,56 m². As moradias são financiadas por um período de 25 a 30 anos e, após um período de carência, o valor das prestações corresponde a aproximadamente 20% do salário mínimo vigente. Para participar do Programa as exigências giram em torno da necessidade de idade máxima de 55 anos, o trabalhador rural ser morador do município há dois anos, não possuir imóvel, ser trabalhador volante, ter renda familiar de até dois salários mínimos e ter família constituída de filhos.

Segundo ASARI (2003), o Governo Paranaense tem avaliado positivamente o Programa, que resultou no assentamento de 14.954 famílias em 387 Vilas Rurais, sendo que “encontram-se em andamento 18 Vilas Rurais, resultando num total de 15.652 famílias beneficiadas pelo Programa” (ASARI, 2003, p. 104). Dos 399 municípios paranaenses, aproximadamente 67% deles contam com Vilas Rurais, variando o número de famílias assentadas entre 12 e 293 famílias por município.

Nesse contexto, o município de Pitangueiras, situado no Norte do estado do Paraná, conta com três Vilas Rurais, criadas a partir de 1991 no bojo da elaboração do Plano de Desenvolvimento Agrícola do município. O Programa beneficia 84 famílias ou 12% da população total de 2.800 habitantes.

Vilas Rurais do Município de Pitangueiras/PR

Vila Rural	Ano de criação	Total de Famílias
Antônio Pinguelli	Julho de 1996	23 famílias
Manoel Garcia Spinosa	Junho de 1998	19 famílias
Ernesto Sgorlon	Setembro de 2002	42 famílias

Fonte: Trabalho de Campo/Pitangueiras-PR: maio de 2010.

A Prefeitura estimula a diversificação da produção, que gira em torno de 70% do total produzido nas Vilas Rurais, contudo o café desponta como o principal produto comercializável nas propriedades rurais do Projeto, presente nas atividades de 75 das 84 famílias atendidas pelo Programa no município. Os demais produtos e atividades desenvolvidas estão associados ao frango, ao leite, a plasticultura, a seda, agroindústria de pães, confecções e a palmeira real.

Nesse sentido, numa análise da Vila Rural Antônio Pinguelli, constata-se que tal Vila fica a aproximadamente dois quilômetros do município, facilitando o acesso dos trabalhadores volantes residentes aos serviços públicos básicos, tais como escola, creche, postos de saúde, entre outros. Portanto, a Vila Rural está situada estrategicamente próxima a área urbana do município, sendo possível questionar até que ponto tal área pertence ao meio rural e não ao urbano, já que em muitas cidades médias do interior do estado de São Paulo (como, por exemplo, Presidente Prudente⁶), observa-se a configuração de bairros urbanos em áreas localizadas a até 10 quilômetros de distância do centro da cidade. Pode-se considerar essa área de Pitangueiras como rural ou como um conjunto habitacional dotado de infraestrutura mínima localizado na periferia do município?

Nas propriedades de 5.000 metros quadrados ocorre a diversificação da produção, com o café ocupando a maior parte da área agricultável e se constituindo como uma das principais fontes de renda dos produtores/trabalhadores rurais. A integração com as agroindústrias de frango de corte também ocorre, com o trabalhador sendo levado a assumir todo o risco da produção e a se sujeitar as regras da empresa contratante na constituição da granja, nos cuidados higiênicos e alimentares das aves, na qualidade do produto e na entrega no período determinado.

Portanto, observa-se nesse caso a total subordinação do trabalho ao capital, com a agroindústria ditando e controlando todas as fases da produção granjeira e os preços pagos ao produtor, de acordo com a demanda e as regras de mercado do produto. Diante das obrigações relacionadas à produção de frango de corte, tais como a energia utilizada na produção, à água e os cuidados sanitários e, o pagamento da prestação da moradia, entre outras obrigações financeiras do trabalhador, há a necessidade de complementação da renda familiar.

Isso ocorre através do empreendimento têxtil VR Confecções, situada na Vila Rural analisada e contando com trabalhadores residentes na própria Vila,

⁶ Em Presidente Prudente o bairro Ana Jacinta fica localizado a aproximadamente 10 Km do centro da cidade. O espaço vazio entre o bairro e a área central do município tem sido alvo de especulação imobiliária intensa nas últimas décadas.

incluindo jovens e mulheres dos produtores/trabalhadores rurais, num total de 31 trabalhadores. O empreendimento é informal e trabalha com o acabamento de produtos de empresas associadas ao comércio urbano de confecções. Nesse caso, ocorre também a subordinação do trabalho ao capital, com as empresas ditando os prazos, os padrões das confecções, controle de qualidade e os preços pagos aos trabalhadores. A jornada é estabelecida de acordo com a demanda e a produtividade varia segundo os prazos estabelecidos pelas empresas e não às necessidades e o cotidiano dos trabalhadores, com os preços sendo determinados sob a ótica do capital e do mercado urbano de confecções.

Diante desse quadro, a sucessão familiar na Vila Rural está se tornando mais difícil, pois os jovens não querem se engajar no empreendimento, devido, sobretudo, ao trabalho árduo na lavoura e na produção granjeira e ao baixo rendimento do trabalho desenvolvido. A atração do modo de vida urbano também é significativa, sendo possível observar uma situação paradoxal: a proximidade com o espaço urbano facilita as atividades na Vila e ao acesso aos serviços públicos básicos, não havendo a necessidade de dotá-la de tais infraestruturas (creches, escolas, postos de saúde, entre outros), mas ao mesmo tempo, possibilita o conhecimento e a atração do modo de vida urbano aos jovens moradores das propriedades, configurando-se a necessidade de iniciativas para convencer os mesmos a permanecer na terra e desenvolver a agricultura e não engrossar o êxodo rural e a transferência da população do campo para a cidade.

Considerações finais

O processo de modernização da agricultura paranaense acompanhou a transformação da base técnica do campo em escala nacional, refletindo também os mesmos problemas sociais resultantes da tecnificação e da mecanização agrícola, expressos na exclusão de milhares de trabalhadores rurais do movimento de penetração das relações capitalistas, através do desemprego, da migração para as cidades e para outros estados da federação e, sobretudo, pelo surgimento dos trabalhadores bóias-frias ou volantes, dos sem-terra, das ocupações de terra, dos assentamentos rurais e da exacerbação dos conflitos sociais daí advindos.

A iniciativa do governo do estado do Paraná, com a implantação do Programa Vilas Rurais, como forma de fixar o trabalhador ao campo e amenizar o êxodo rural para as cidades, não foi bem sucedido no caso da Vila Rural Antônio Pingueli do município de Pitangueiras, localizado no Norte do estado.

Dessa forma, tal Projeto configurou-se mais como uma concentração de trabalhadores rurais volantes disponíveis para a exploração capitalista, do que como um instrumento de cidadania e de melhoria das condições de vida dos mesmos, já que a própria condição de ter família constituída para fazer parte do Projeto (reprodução da força de trabalho e garantia de mão-de-obra para a exploração capitalista), além do tamanho da residência (44,56 m²) e do lote para a atividade agrícola (5.000 m²), obrigam o trabalhador a exercer atividades temporárias nas lavouras de café do município e da região ou a se integrar às empresas de frango de corte, subordinando-se totalmente aos ditames do capital, além da necessidade da complementação da renda familiar, através do trabalho feminino no empreendimento de confecções da Vila Rural, com o trabalho sendo explorado por empresas urbanas associadas à comercialização de confecções diversas e com os trabalhadores assumindo todo o risco da produção, estabelecendo jornadas de trabalho de acordo

com os ditames das empresas e modificando seu cotidiano segundo as condições e relações capitalistas de produção.

Em suma, a proximidade com o espaço urbano e a pluriatividade desenvolvida na Vila Rural (diversificação da produção agrícola, confecções têxteis e atividade granjeira), faz com que o modo de vida urbano exerça uma atração e um domínio expressivo sobre a área da Vila Rural, sendo possível questionar até que ponto as atividades desenvolvidas estão associadas mais ao espaço urbano do que ao espaço rural e como as interações entre ambos refletem a influência e o domínio do modo de vida urbano sobre a área rural estudada e analisada neste artigo científico.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ASARI, Alice Yatiyo; MUNIZ, Helena M. Cabelo; ROSA, Miriam Dantas. **Programa Vilas Rurais: política pública de fixação dos trabalhadores no campo?** Londrina: UEL, v. 1, 2003.

BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DELGADO, Guilherme da Costa. A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003. In **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: INCRA, 2005.

DINIZ, C. C., LEMOS, M. B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília: IPEA/IPLAN, p. 161-99, v. 3, 1989.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960 – 1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In MENEGUETTE JUNIOR, Messias; ALVES, Néri (Orgs). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, p. 21– 41, 1999.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Perspectivas regionais da análise campo-cidade**. II Encontro de Grupos de Pesquisa em Geografia Agrária. Uberlândia: UFU, 2006.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, SOBER, 36, 1998.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. Campinas: Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 1975.

MATTOSO, J. E. L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1995.

MATTOSO, J. E. L. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

MORO, Dalton Aureo. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra (Org.). **Geografia social e agricultura**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia, p. 27-60, 2000.

MULLER, Nice Lecocq. **Contribuição ao estudo do Norte do Paraná**. Londrina: Geografia, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. A metamorfose da Arribação – fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. In: **Novos Estudos**. Cebrap, nº 27, 1990.

SANTOS, José Tavares dos. Efeitos sociais da modernização da agricultura. In: In SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: HUCITEC, p 209- 263, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5. ed. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Os espaços da globalização. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Ed. Edusp, 2004.

SILVEIRA, Márcio Rogério. As cinco revoluções e evoluções logísticas: impactos sobre o território brasileiro. In: SILVEIRA, Márcio Rogério; LAMOSO, Lisandra Pereira; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino (orgs). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: HUCITEC, p 209- 263, 1997.

SZMRECSÁNYI, Tamás; RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN,

Wilson (orgs). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição. **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

VAINER, Carlos. **Estado e Migração no Brasil. Anotações para uma história das políticas migratórias**. Travessia, p. 15-44, jan. abr. 2000.

VAINER, Carlos. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade**. (Cadernos do IPPUR). RJ: nº 02, p. 13-32, 2001.

Recebido em 04 de novembro de 2010.

Revisado em 22 de novembro de 2010.

Aceito em 1 de janeiro de 2011.